

DESIGUALDADES DE APRENDIZAGEM ENTRE ESCOLAS RURAIS E URBANAS: EVIDÊNCIAS DESCRITIVAS A PARTIR DO SAEB 2023

LEARNING INEQUALITIES BETWEEN RURAL AND URBAN SCHOOLS: DESCRIPTIVE EVIDENCE FROM SAEB 2023

Maria Edgleuma de Andrade¹

Maria Elza de Andrade²

RESUMO: Este estudo analisa as desigualdades de aprendizagem entre escolas urbanas e rurais do Rio Grande do Norte a partir dos resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de 2023 para o 5º ano do Ensino Fundamental. Fundamentado na literatura sobre desigualdades educacionais, território e educação rural, o trabalho parte do pressuposto de que as oportunidades de aprendizagem são influenciadas por fatores socioeconômicos, e pelas características territoriais que estruturam a oferta educacional. A pesquisa adota abordagem quantitativa descritiva, utilizando dados agregados de 783 escolas públicas do estado, sendo 545 urbanas e 238 rurais. Foram realizadas análises descritivas, testes de diferença de médias, análise gráfica da distribuição das proficiências e tabelas de contingência para caracterização do perfil socioeconômico das escolas. Os resultados evidenciam diferenças significativas entre os dois contextos territoriais. As escolas urbanas apresentaram médias superiores de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, com diferenças próximas de 13 pontos em ambas as disciplinas. A análise da distribuição dos resultados demonstra que essa desigualdade não se restringe às médias, mas se manifesta ao longo de toda a distribuição das proficiências. Verificou-se ainda que as escolas rurais possuem menor número médio de matrículas e estão concentradas em níveis socioeconômicos relativamente menos favorecidos. Os resultados mostram que as desigualdades educacionais observadas no estado coexistem com diferenças territoriais e socioeconômicas que condicionam as oportunidades de aprendizagem, reforçando a necessidade de políticas educacionais sensíveis às especificidades dos contextos locais.

PALAVRAS-CHAVE: Desigualdade educacional; Território; SAEB; Equidade educacional.

¹ Doutora em Educação/UFPB. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN. Docente da Faculdade de Educação – FE. Campus Universitário Central. Av. Prof. Antônio Campos S/N, Pres. Costa e Silva, Mossoró-RN, Cep: 59.625-620. Fone (84) 3315-2203. E-mail: edgleumaandrade@uern.br

² Doutora em Economia/UFU. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN. Docente da Faculdade de Ciências Econômicas – FACEM e Docente Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Economia – PPE/UERN. Campus Universitário Central. Av. Prof. Antônio Campos S/N, Pres. Costa e Silva, Mossoró-RN, Cep: 59.625-620. Fone: (84) 3315-2198. E-mail: elzaandrade@uern.br

ABSTRACT: This study analyzes learning inequalities between urban and rural schools in the state of Rio Grande do Norte, Brazil, based on the results of the 2023 Basic Education Assessment System (SAEB) for the 5th grade of elementary education. Grounded in the literature on educational inequalities, territory, and rural education, the study assumes that learning opportunities are influenced not only by socioeconomic factors but also by the territorial characteristics that shape the provision of educational services. A descriptive quantitative approach was adopted using aggregated data from 783 public schools, including 545 urban and 238 rural schools. Descriptive statistics, mean difference tests, graphical analyses of proficiency distributions, and contingency tables were employed to characterize the socioeconomic profile of the schools. The findings reveal significant differences between the two territorial contexts. Urban schools achieved higher average proficiency scores in both Portuguese Language and Mathematics, with differences of approximately 13 points in each subject. The distributional analysis indicates that these disparities are not limited to average performance but extend across the entire distribution of proficiency scores. In addition, rural schools were found to have a smaller average number of enrollments and to be concentrated in relatively less advantaged socioeconomic levels. The results show that the educational inequalities observed in the state coexist with territorial and socioeconomic differences that shape learning opportunities, highlighting the importance of educational policies that consider the specific characteristics of local contexts.

KEYWORDS: Educational inequality; Territory; SAEB; Educational equity

1. Introdução

A desigualdade educacional constitui um dos principais desafios da educação brasileira, manifestando-se por meio de diferenças persistentes nas oportunidades de acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes. Tradicionalmente, a literatura tem associado essas desigualdades a fatores socioeconômicos, como renda familiar, escolaridade dos responsáveis e acesso a recursos culturais, reconhecendo a forte influência das condições sociais sobre os resultados educacionais (Soares, 2004; Alves; Soares, 2007). Contudo, a compreensão das desigualdades educacionais demanda também a consideração do território como dimensão estruturante das oportunidades de escolarização.

Nessa perspectiva, o território não pode ser entendido apenas como delimitação geográfica ou administrativa, mas como espaço socialmente produzido, no qual se articulam infraestrutura, serviços públicos, condições socioeconômicas e diferentes possibilidades de acesso a direitos sociais (Santos, 1996). As oportunidades educacionais distribuem-se de forma desigual no espaço, refletindo processos históricos de desenvolvimento, capacidade estatal e formas diferenciadas de organização da oferta escolar. Assim, as desigualdades de aprendizagem tendem a expressar diferenças individuais ou familiares e assimetrias territoriais que condicionam o funcionamento dos sistemas educacionais.

No contexto rural, essa discussão adquire particular relevância. A educação ofertada em áreas rurais apresenta especificidades associadas à baixa densidade populacional, à dispersão territorial e às dificuldades de acesso a serviços públicos. Como argumentam Arroyo; Caldart; Molina (2011), a realidade educacional do campo não pode ser analisada exclusivamente a partir de parâmetros urbanos, uma vez que a organização da oferta escolar nesses territórios responde a condições sociais, culturais e espaciais próprias. Nesse sentido, características como a presença de escolas de pequeno porte ou de turmas multisseriadas não constituem necessariamente indicadores de fragilidade institucional, mas expressam estratégias de garantia do direito à educação em contextos territorialmente diferenciados.

No Rio Grande do Norte, estado caracterizado pela presença expressiva de municípios de pequeno porte e extensas áreas rurais, compreender a relação entre território e desempenho educacional torna-se particularmente relevante. Embora estudos nacionais apontem diferenças persistentes entre escolas urbanas e rurais, ainda são limitadas as investigações que examinam essas desigualdades em escala estadual, articulando desempenho escolar, estrutura da rede educacional e perfil socioeconômico das escolas.

Diante desse contexto, este artigo analisa os resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de 2023 para o 5º ano do Ensino Fundamental no estado do Rio Grande do Norte, investigando diferenças de desempenho entre escolas urbanas e rurais. Busca-se compreender em que medida essas diferenças se associam às características estruturais da oferta educacional e ao contexto socioeconômico das unidades escolares.

O estudo adota abordagem quantitativa descritiva, utilizando estatísticas descritivas, testes de diferença de médias, análise gráfica da distribuição dos resultados e tabelas de contingência. Ao privilegiar uma leitura territorial das desigualdades educacionais, o artigo pretende contribuir para o debate sobre equidade educacional e para a formulação de políticas públicas capazes de reconhecer as especificidades dos contextos rurais. Com base na literatura especializada, parte-se da expectativa de que as escolas rurais apresentem desempenho médio inferior ao das escolas urbanas, bem como diferenças relacionadas à organização da rede escolar e ao perfil socioeconômico das comunidades atendidas.

2. Referencial Teórico

2.1 Desigualdade educacional e dimensão territorial

As desigualdades educacionais constituem um fenômeno multifacetado, historicamente associado às condições socioeconômicas das famílias e às desigualdades de acesso a recursos materiais e culturais. Estudos desenvolvidos no campo da educação demonstram que o desempenho escolar tende a refletir diferenças relacionadas à renda, escolaridade dos responsáveis e capital cultural disponível aos estudantes (Soares, 2004; Alves; Soares, 2007). Contudo, a explicação das desigualdades educacionais não pode ser reduzida às características individuais dos alunos ou de suas famílias.

Embora as desigualdades educacionais sejam frequentemente explicadas a partir de características socioeconômicas dos estudantes e de suas famílias, outros estudos (Orres; Marques, 2004; Dourado; Oliveira, 2009; Segatto; Abrucio, 2016) têm evidenciado que as oportunidades educacionais também são condicionadas por fatores territoriais e institucionais. As condições de oferta educacional, a capacidade administrativa das redes de ensino, a disponibilidade de infraestrutura pública e os padrões de desenvolvimento regional distribuem-se de forma desigual no espaço, produzindo oportunidades diferenciadas de escolarização e aprendizagem.

Nessa perspectiva, o território deixa de ser compreendido apenas como espaço físico onde a escola está localizada e passa a ser entendido como expressão de processos históricos, econômicos e institucionais que condicionam o acesso a bens públicos e oportunidades sociais (Santos, 1996). Isso significa que as desigualdades de aprendizagem não se manifestam de forma aleatória no espaço, mas tendem a refletir padrões desiguais de desenvolvimento territorial, capacidade estatal e oferta de serviços públicos.

A incorporação da dimensão territorial permite ampliar o debate sobre desigualdade educacional ao evidenciar que escolas inseridas em contextos territoriais distintos operam sob condições também distintas. A infraestrutura disponível, as possibilidades de deslocamento, a oferta de equipamentos públicos e as capacidades administrativas dos sistemas locais influenciam o funcionamento das escolas e as oportunidades de aprendizagem oferecidas aos estudantes. Assim, as diferenças observadas nos resultados educacionais podem ser interpretadas como expressão de desigualdades socioeconômicas e como manifestação de desigualdades territoriais mais amplas.

Sob essa ótica, a localização geográfica das escolas influencia o perfil socioeconômico do público atendido, a organização da oferta educacional, a infraestrutura disponível e a capacidade institucional das redes de ensino. Relatórios do INEP sobre o SAEB indicam a persistência de diferenças de desempenho associadas a características contextuais das escolas

(INEP, 2023), reforçando a necessidade de análise que considere o território como dimensão relevante.

2.2 Especificidades da educação em áreas rurais

A educação em áreas rurais apresenta características estruturais associadas à baixa densidade demográfica e à dispersão territorial. A manutenção de escolas de pequeno porte e a presença de turmas multisseriadas constituem estratégias historicamente adotadas para garantir acesso à escolarização em territórios menos densamente povoados.

Autores vinculados ao campo da educação do campo (Arroyo; Caldart; Molina, 2011) argumentam que a organização da oferta educacional rural deve ser analisada à luz de suas especificidades territoriais e sociais. Sob essa perspectiva, a presença de escolas de pequeno porte, turmas multisseriadas e unidades escolares dispersas pelo território expressa formas de organização da rede educacional voltadas à garantia do direito à educação em contextos caracterizados pela baixa densidade populacional e pelas maiores distâncias geográficas.

Essa discussão mostra-se relevante ao reconhecer que as desigualdades observadas entre escolas urbanas e rurais resultam da interação entre fatores pedagógicos, administrativos e territoriais. A análise dessas especificidades permite problematizar interpretações simplificadoras que atribuem os resultados educacionais exclusivamente às características das escolas, desconsiderando os condicionantes espaciais que influenciam seu funcionamento.

2.3 Desempenho escolar, contexto socioeconômico e políticas de equidade

O desempenho escolar resulta da interação de múltiplos fatores, envolvendo características individuais dos estudantes, condições familiares, recursos escolares, práticas pedagógicas e contextos territoriais. A literatura nacional e internacional (Crahay; Baye 2013; Soares, 2004; Dubet, 2004) tem demonstrado que as oportunidades de aprendizagem são distribuídas de forma desigual entre grupos sociais, fazendo com que o desempenho educacional reflita, além das capacidades individuais, as condições estruturais de escolarização.

Entre os indicadores utilizados para compreender essas desigualdades, o Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas (INSE) tem ocupado posição central nas análises educacionais brasileiras. Construído a partir de informações relacionadas à escolaridade dos responsáveis, posse de bens, condições domiciliares e acesso a recursos culturais, o indicador busca captar aspectos do contexto social dos estudantes que influenciam suas trajetórias

escolares (INEP, 2023). Diversos estudos (Alves; Soares, 2007; Bonamino; Souza, 2012) demonstram que escolas inseridas em contextos socioeconômicos mais favorecidos tendem a apresentar melhores resultados de aprendizagem, evidenciando a forte associação entre desigualdades sociais e desigualdades educacionais

Entretanto, a relação entre contexto socioeconômico e desempenho escolar não deve ser compreendida de forma determinista. Como argumenta Crahay e Baye (2013), a escola possui potencial para reduzir desigualdades e ampliar oportunidades educacionais, ainda que atue em contextos sociais adversos. Nessa mesma direção, Dubet (2004) ressalta que a busca pela igualdade de oportunidades exige reconhecer que os indivíduos partem de condições desiguais e que políticas educacionais orientadas pela equidade devem considerar tais diferenças na formulação e implementação das ações públicas.

No contexto brasileiro, Dourado e Oliveira (2009) destacam que a promoção da qualidade da educação requer a consideração das condições concretas em que as escolas operam, incluindo as desigualdades regionais, territoriais e institucionais que caracterizam o federalismo educacional. Essa perspectiva aproxima-se das reflexões de Cury (2002), para quem a efetivação do direito à educação depende da capacidade do Estado de enfrentar desigualdades historicamente produzidas e distribuídas de forma diferenciada entre territórios e populações.

Desse modo, a compreensão das desigualdades educacionais demanda uma abordagem que articule desempenho escolar, perfil socioeconômico e contexto territorial. Como observam Arroyo, Caldart e Molina (2011), os sujeitos vivem, estudam e constroem suas trajetórias em contextos concretos, marcados por relações sociais, econômicas e espaciais que influenciam suas possibilidades de acesso ao conhecimento.

Nessa direção, a literatura aponta para a necessidade de compreender a equidade educacional para além da simples distribuição uniforme de recursos. A redução das desigualdades de aprendizagem exige políticas capazes de reconhecer que contextos distintos produzem necessidades distintas, demandando estratégias diferenciadas de financiamento, gestão e apoio pedagógico.

Assim, compreender a desigualdade educacional no Rio Grande do Norte requer considerar simultaneamente o contexto territorial da oferta educacional e as condições socioeconômicas das comunidades atendidas.

3 Metodologia

3.1 Base de dados

O estudo utiliza dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de 2023, especificamente a base agregada por escola referente ao 5º ano do Ensino Fundamental. A base contempla informações sobre desempenho acadêmico, características da oferta educacional e indicadores contextuais das unidades escolares.

A opção pela utilização da base agregada por escola está alinhada ao objetivo da pesquisa, que consiste em analisar diferenças associadas à localização das unidades de ensino, e não ao desempenho individual dos estudantes.

3.2 Delimitação da amostra

A análise foi restrita às escolas públicas localizadas no estado do Rio Grande do Norte. Foram consideradas apenas as unidades escolares com informações válidas de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática para o 5º ano do Ensino Fundamental.

A amostra final foi composta por 783 escolas públicas, das quais 545 localizadas em áreas urbanas e 238 em áreas rurais, conforme classificação oficial adotada pelo SAEB.

3.3 Variáveis analisadas

A variável central da análise corresponde à localização da escola, classificada como urbana ou rural.

O desempenho educacional foi mensurado por meio das médias de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática do 5º ano do Ensino Fundamental. Foram consideradas o número de matrículas no 5º ano, utilizado como indicador do porte da unidade escolar, e o Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas (INSE), empregado para caracterizar o contexto socioeconômico das comunidades atendidas.

O contexto socioeconômico das escolas foi mensurado por meio do Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas (INSE), desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O indicador é construído a partir de informações sobre escolaridade dos responsáveis, posse de bens, condições domiciliares e acesso a recursos educacionais dos estudantes. Os resultados são agregados em níveis ordinais, nos quais valores mais elevados correspondem a condições socioeconômicas mais favoráveis. No presente estudo, as escolas foram classificadas nos níveis II a VI do indicador, sendo os níveis superiores interpretados como contextos socioeconômicos mais favorecidos.

3.4 Escala de proficiência do SAEB

As médias de proficiência utilizadas neste estudo são expressas na escala do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), construída a partir da Teoria de Resposta ao Item (TRI). A escala é contínua e cumulativa, permitindo comparações entre grupos de estudantes e unidades escolares.

No 5º ano do Ensino Fundamental, diferenças de aproximadamente 10 a 15 pontos na escala representam variações relevantes no nível de aprendizagem, refletindo distintos graus de domínio das competências avaliadas. (INEP, 2023)

3.5 Estatísticas descritivas da amostra

A Tabela 1 apresenta as estatísticas descritivas das principais variáveis analisadas.

Tabela 1 – Estatísticas descritivas das variáveis analisadas

Variável	N	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
Proficiência em Língua Portuguesa	783	186,66	20,26	130,51	250,94
Proficiência em Matemática	783	194,34	20,02	132,82	271,29
Matrículas no 5º ano	783	38,13	25,99	10,00	207,00

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do SAEB 2023.

Nota: N corresponde ao número de escolas incluídas na amostra.

Observa-se que a média de proficiência das escolas analisadas foi de 186,66 pontos em Língua Portuguesa e 194,34 pontos em Matemática. O número médio de matrículas no 5º ano foi de 38,13 alunos por escola, embora exista considerável heterogeneidade entre as unidades analisadas, conforme evidenciado pelos valores mínimos e máximos observados.

3.6 Procedimentos de análise dos dados

A análise adotou abordagem quantitativa descritiva. Inicialmente foram calculadas estatísticas descritivas para caracterização da amostra. Em seguida, realizaram-se testes t de diferença de médias para comparar o desempenho e o porte das escolas segundo sua localização. Complementarmente, foram utilizados boxplots para examinar a distribuição das proficiências em Língua Portuguesa e Matemática e tabelas de contingência para analisar a distribuição do nível socioeconômico das escolas urbanas e rurais.

A interpretação dos resultados privilegia a dimensão territorial das desigualdades educacionais, sem pretensão de estabelecer relações causais entre as variáveis analisadas.

4.1 Desempenho médio e desigualdade territorial

A comparação das médias de proficiência evidencia diferenças estatisticamente significativas entre escolas urbanas e rurais do Rio Grande do Norte. Conforme apresentado na Tabela 2, as escolas localizadas em áreas urbanas obtiveram desempenho superior tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática.

Tabela 2 – Proficiência média em Língua Portuguesa e Matemática segundo localização da escola

Variável	Urbana (n = 545)	Rural (n = 238)	Diferença	p-valor
Língua Portuguesa	190,45 (19,29)	177,97 (19,79)	12,4 8	< 0,001
Matemática	198,28 (18,68)	185,32 (20,09)	12,9 6	< 0,001

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do SAEB 2023.

Nota: Valores entre parênteses correspondem ao desvio-padrão. O p-valor refere-se ao teste t de diferença de médias entre escolas urbanas e rurais.

Em Língua Portuguesa, as escolas urbanas apresentaram média de 190,45 pontos, enquanto as escolas rurais registraram média de 177,97 pontos, resultando em diferença de 12,48 pontos ($p < 0,001$). Em Matemática, a diferença observada foi de 12,96 pontos ($p < 0,001$), com médias de 198,28 e 185,32 pontos para escolas urbanas e rurais, respectivamente.

Em termos relativos, as diferenças correspondem a aproximadamente 7% de vantagem para as escolas urbanas nas duas disciplinas avaliadas. A estabilidade desse diferencial sugere que a desigualdade observada não está associada a uma área específica do conhecimento, mas constitui um padrão mais amplo de diferenciação educacional entre os contextos territoriais analisados.

A magnitude das diferenças observadas merece atenção. Considerando a escala de proficiência do SAEB, construída com base na Teoria de Resposta ao Item (TRI), diferenças próximas de 10 a 15 pontos representam deslocamentos relevantes nos níveis de aprendizagem, indicando distintos graus de domínio das competências avaliadas. Assim, os resultados sugerem que estudantes matriculados em escolas rurais encontram-se, em média, em posição menos favorável ao longo da escala de proficiência quando comparados aos estudantes das escolas urbanas.

Os resultados são consistentes com a literatura nacional que identifica a persistência de desigualdades educacionais associadas ao território. Estudos (Soares, 2004; Alves; Soares,

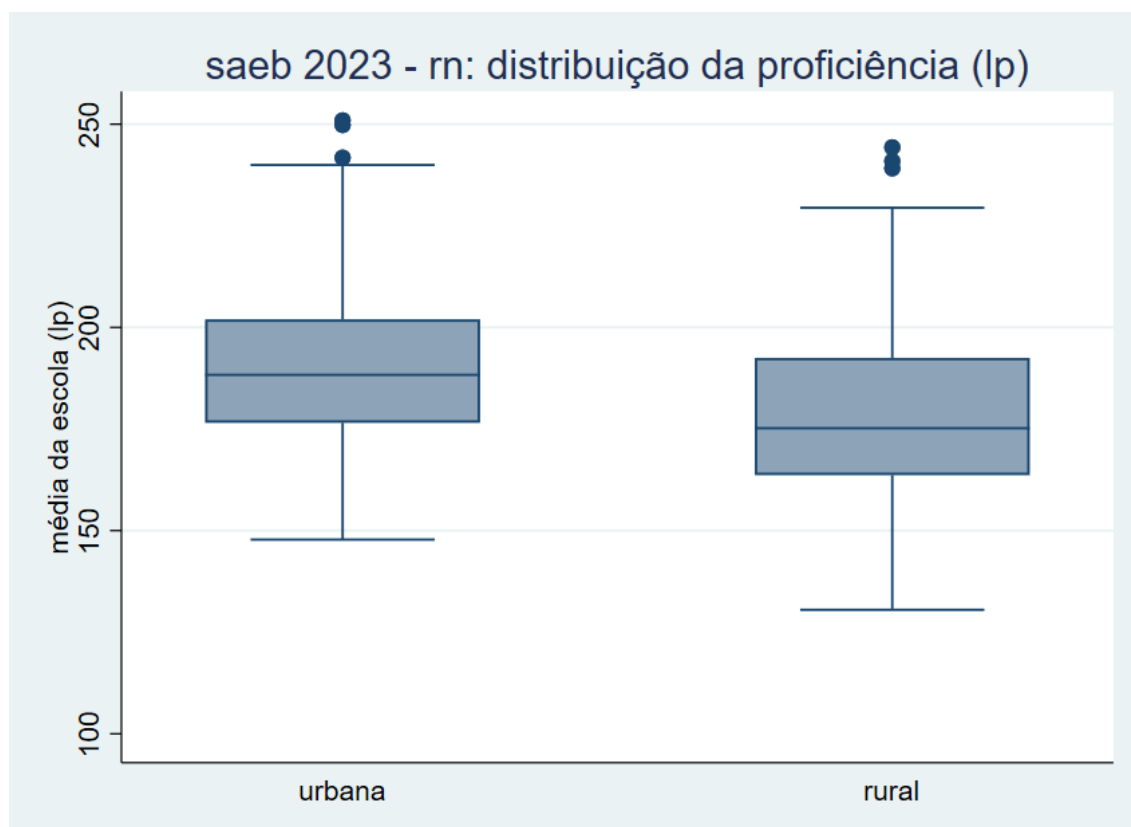
2007; Dourado; Oliveira, 2009) destacam que fatores como dispersão espacial da população, dificuldades de acesso a serviços públicos, limitações na oferta educacional e diferenças nas condições socioeconômicas das comunidades atendidas podem contribuir para a reprodução de disparidades entre áreas urbanas e rurais

Embora os resultados não permitam identificar mecanismos causais, eles evidenciam que a localização das escolas está associada a diferenças sistemáticas de desempenho. Tal constatação indica que a dimensão territorial constitui um elemento relevante para a compreensão das desigualdades educacionais e para a formulação de políticas voltadas à promoção da equidade.

4.2 Distribuição do desempenho: evidências de assimetria territorial

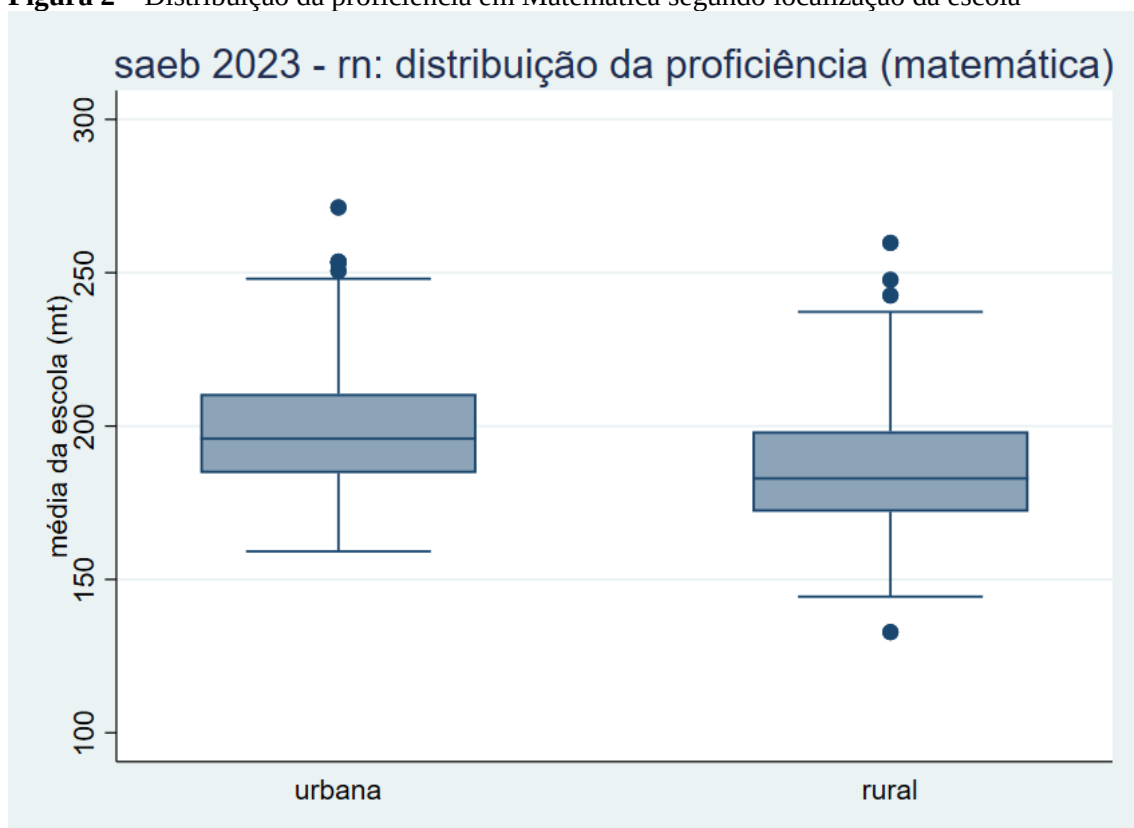
As diferenças observadas nas médias de proficiência podem ser examinadas com maior detalhamento por meio da análise da distribuição dos resultados das escolas urbanas e rurais. Para isso, foram construídos boxplots das proficiências em Língua Portuguesa e Matemática, apresentados nas Figuras 1 e 2.

Figura 1 – Distribuição da proficiência em Língua Portuguesa segundo localização da escola



Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do SAEB 2023.

Figura 2 – Distribuição da proficiência em Matemática segundo localização da escola



Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do SAEB 2023.

Os boxplots revelam que a desigualdade entre escolas urbanas e rurais não se restringe às médias observadas. Em ambas as disciplinas, as medianas das escolas urbanas situam-se

em patamar superior às das escolas rurais, indicando que a diferença de desempenho está presente ao longo da distribuição dos resultados.

Observa-se ainda que o intervalo interquartil das escolas rurais se encontra sistematicamente deslocado para níveis inferiores de proficiência. Esse comportamento indica que a desigualdade territorial permeia o conjunto das escolas rurais analisadas, configurando um padrão consistente ao longo da distribuição dos resultados.

Embora existam escolas rurais com desempenho elevado, evidenciadas pelos valores extremos superiores, esses casos constituem exceções frente à tendência predominante observada nos dados. De modo semelhante, também existem escolas urbanas com resultados inferiores à média de seu grupo, evidenciando a heterogeneidade interna presente em ambos os contextos.

A análise dos boxplots indica que a desigualdade territorial observada no Rio Grande do Norte se manifesta ao longo de toda a distribuição dos resultados. Os gráficos mostram um deslocamento sistemático da distribuição das escolas rurais para níveis inferiores de aprendizagem, em consonância com as diferenças identificadas nas médias de proficiência e sugerindo que esse padrão caracteriza o conjunto das escolas analisadas.

4.3 Estrutura da rede escolar e organização territorial da oferta educacional

Além das diferenças observadas no desempenho acadêmico, os dados revelam contrastes significativos na estrutura da rede escolar entre áreas urbanas e rurais. A Tabela 3 apresenta o número médio de matrículas no 5º ano do Ensino Fundamental segundo a localização das escolas.

Tabela 3 – Número médio de matrículas no 5º ano segundo localização da escola

Variável	Urbana (n=545)	Rural (n=238)	Diferença	p-valor
Matrículas no 5º ano	44,74 (27,03)	23,00 (14,88)	21,75	<0,001

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do SAEB 2023.

Nota: valores entre parênteses correspondem ao desvio-padrão.

As escolas urbanas registraram média de 44,74 matrículas no 5º ano, enquanto as escolas rurais apresentaram média de 23,00 matrículas. A diferença de 21,75 matrículas entre os grupos mostrou-se estatisticamente significativa ($p < 0,001$).

Esse resultado evidencia a existência de padrões distintos de organização da oferta educacional nos dois contextos territoriais. Em áreas urbanas, a maior concentração populacional tende a favorecer a presença de unidades escolares com maior número de

estudantes. Em contraste, a dispersão espacial da população rural está frequentemente associada à manutenção de escolas menores, distribuídas em diferentes localidades, como estratégia para garantir o acesso à educação básica.

Sob essa perspectiva, o menor porte das escolas rurais constitui uma característica associada à organização territorial da oferta escolar em contextos de baixa densidade populacional e maiores distâncias geográficas, devendo ser analisado à luz dessas especificidades.

Os resultados sugerem que as diferenças observadas entre escolas urbanas e rurais envolvem dimensões relacionadas ao desempenho acadêmico e à organização da rede educacional. Assim, compreender as desigualdades educacionais presentes no estado requer considerar de forma simultânea os resultados de aprendizagem e as especificidades territoriais que estruturam a oferta de educação.

4.4 Nível socioeconômico e localização

A Tabela 4 apresenta a distribuição das escolas segundo os níveis do Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas (INSE) e sua localização.

Tabela 4 – Distribuição das escolas por nível socioeconômico (INSE) segundo localização

Nível socioeconômico (INSE)	Urbana n (%)	Rural n (%)
Nível II	2 (0,4)	6 (2,5)
Nível III	168 (30,8)	126 (52,9)
Nível IV	349 (64,0)	101 (42,4)
Nível V	25 (4,6)	5 (2,1)
Nível VI	1 (0,2)	0 (0,0)
Total	545 (100,0)	238 (100,0)

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do SAEB 2023.

Nota: As distribuições diferem significativamente entre escolas urbanas e rurais ($\chi^2 = 45,66$; $p < 0,001$).

Nota: Níveis mais elevados do INSE correspondem a condições socioeconômicas mais favoráveis.

Os resultados evidenciam diferenças significativas no perfil socioeconômico das escolas urbanas e rurais. Entre as escolas urbanas, observa-se maior concentração nos níveis mais elevados do indicador, com destaque para o Nível IV, que reúne 64,0% das unidades analisadas. Nas escolas rurais, por outro lado, predomina o Nível III, responsável por 52,9% das observações, enquanto apenas 42,4% dessas unidades estão classificadas no Nível IV.

O teste do qui-quadrado confirma que a distribuição dos níveis socioeconômicos difere significativamente entre os dois grupos de escolas ($\chi^2 = 45,66$; $p < 0,001$), indicando que as unidades urbanas e rurais estão inseridas em contextos sociais distintos. De modo

geral, as escolas rurais tendem a atender estudantes provenientes de famílias com condições socioeconômicas relativamente menos favoráveis quando comparadas às escolas urbanas.

Embora a maior parte das escolas esteja concentrada nos níveis III e IV do INSE, os resultados sugerem que as desigualdades educacionais observadas anteriormente coexistem com diferenças no contexto socioeconômico das comunidades atendidas. Esse padrão é consistente com a literatura que destaca a interação entre território, condições socioeconômicas e oportunidades educacionais, especialmente em regiões marcadas por dispersão populacional e limitações de acesso a serviços públicos.

Considerando o caráter descritivo da pesquisa, não é possível estabelecer em que medida as condições socioeconômicas contribuem para as diferenças de desempenho identificadas. Ainda assim, os resultados reforçam a importância de considerar simultaneamente as dimensões territorial e socioeconômica na formulação de políticas voltadas à promoção da equidade educacional.

5. Considerações finais

Este estudo analisou as diferenças de desempenho educacional entre escolas urbanas e rurais do Rio Grande do Norte a partir dos resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) de 2023 para o 5º ano do Ensino Fundamental. A análise evidenciou a existência de desigualdades territoriais persistentes, expressas em níveis de proficiência sistematicamente inferiores entre as escolas localizadas em áreas rurais, tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática.

A análise realizada mostrou que as diferenças observadas entre escolas urbanas e rurais se manifestam em toda a distribuição das proficiências, indicando que a desigualdade identificada constitui um padrão abrangente entre os diferentes grupos de escolas analisados. Adicionalmente, verificou-se que escolas urbanas e rurais apresentam características distintas em relação ao porte das unidades escolares e ao perfil socioeconômico das comunidades atendidas, evidenciando que as desigualdades educacionais estão inseridas em contextos territoriais e sociais diferenciados.

Ao focalizar o contexto do Rio Grande do Norte, o estudo contribui para ampliar o conhecimento sobre a dimensão territorial das desigualdades educacionais em âmbito estadual, tema ainda relativamente pouco explorado quando comparado às análises de abrangência nacional. A localização das escolas revela-se um elemento relevante para a

compreensão das oportunidades de aprendizagem, especialmente em estados marcados pela presença de municípios de pequeno porte e extensas áreas rurais.

Do ponto de vista das políticas públicas, os achados sugerem que estratégias voltadas à promoção da equidade educacional devem considerar, além dos fatores socioeconômicos, as especificidades territoriais que condicionam a oferta educacional. Aspectos relacionados à dispersão populacional, à organização da rede escolar e às condições de atendimento das comunidades rurais constituem elementos relevantes para a formulação de ações destinadas à redução das desigualdades de aprendizagem.

Entre as limitações da pesquisa, destaca-se o caráter descritivo da análise, cuja natureza impede a identificação de relações causais entre as variáveis investigadas. Além disso, a utilização de dados agregados por escola restringe a observação de características individuais dos estudantes e de fatores específicos do processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, os resultados devem ser interpretados como evidências de associação entre os fenômenos analisados.

Investigações futuras poderão aprofundar a compreensão dessas desigualdades mediante a utilização de modelos explicativos, análises longitudinais e investigações em escala municipal, contribuindo para identificar os mecanismos pelos quais fatores territoriais e socioeconômicos influenciam os resultados educacionais. Apesar dessas limitações, os resultados apresentados indicam que a dimensão territorial permanece um componente relevante das desigualdades educacionais no Rio Grande do Norte, reforçando a necessidade de políticas públicas sensíveis às especificidades dos contextos rurais.

Referências

ALVES, Maria Teresa Gonzaga; SOARES, José Francisco. As pesquisas sobre o efeito das escolas: contribuições metodológicas para a Sociologia da Educação. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 435-473, maio/ago. 2007. Disponível em <https://www.scielo.br/j/se/a/QMdCCQdL99RZrZpT9mxbkrM/?lang=pt> Acesso em: 18 maio 2026

ARROYO, Miguel G. **Educação do campo**: por uma educação do campo e no campo. Petrópolis: Vozes, 2012.

ARROYO, Miguel González; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Por uma educação do campo**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Zákia Lian. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, 2012.

CRAHAY, M.; BAYE, A. Existem escolas justas e eficazes? **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n. 150, p. 858–883, set. 2013. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cp/a/dxj4FMD38KXyMyxwTJB4txg/?lang=pt> Acesso em: 20 maio 2026

CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p. 245–262, jul. 2002.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 201-215, 2009.

DUBET, F. O que é uma escola justa? **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 123, p. 539–555, set. 2004. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cp/a/jLBWTVHsRGSNm78HxCWdHRQ/?format=html&lang=pt> Acesso em: 20 maio 2026

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)**: resultados e documentação técnica. Brasília: Inep, 2023.

ORRES, H. DA G.; MARQUES, E. Políticas sociais e território: uma abordagem metropolitana. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 4, p. 28–38, out. 2004. Disponível em <https://www.scielo.br/j/spp/a/6NnCZDSZNrm5NXm6zM3KDLQ/?lang=pt> Acesso em: 20 maio 2026

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SEGATTO, Catarina Ianni; ABRUCIO, Fernando Luiz. A cooperação em uma federação heterogênea: o regime de colaboração na educação em seis estados brasileiros. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 65, p. 411–429, 2016.

SOARES, José Francisco. O efeito da escola no desempenho cognitivo de seus alunos. **Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación (REICE)**, Madrid, v. 2, n. 2, p. 83-104, 2004. Disponível em <https://revistas.uam.es/index.php/reice/article/view/5550> Acesso em: 18 maio 2026